



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

Processo: 32.211/2017-e.

Interessado: Associação dos Agentes Comunitários de Saúde do Distrito Federal.

Jurisdicionada: Secretaria de Estado e Saúde do Distrito Federal (SES/DF).

Assunto: Solicitação de Informações.

Ementa:

- Demandas formuladas pela Associação dos Agentes Comunitários de Saúde do Distrito Federal denominadas de “Ação para promover o pagamento da Gratificação por Condições Especiais de Trabalho – GCET” (peça 3), “Ação para promover o pagamento de indenização de transporte” (peça 12) e “Ação para promover o pagamento da Gratificação de Incentivo às Ações Básicas de Saúde” - GIABS (peça 15) para os Agentes Comunitários de Saúde do Distrito Federal, integrantes da carreira Vigilância Ambiental e Atenção Comunitária à Saúde de que trata a Lei Distrital nº 5.237/2013;
- Decisão nº 2.270/2018 (peça 22): pela improcedência do pleito em relação ao pagamento das gratificações GCET e GIABS. Admissibilidade da peça 12, que trata de indenização de transporte, como Representação. Abertura de prazo para manifestação da jurisdicionada e do Comitê de Políticas de Pessoal do Distrito Federal (CPP).
- Expediente anexado pela Associação dos Agentes Comunitários de Saúde do DF (peça 26), em que noticia a publicação da Lei nº 6.133/2018 que possibilita a percepção das gratificações (GCET e GIABS) pela referida carreira. No mesmo documento, também solicita atuação da Corte na análise da regularidade dos critérios estabelecidos pela norma para o recebimento das vantagens pecuniárias;
- Ofício SEI-GDF nº 1484/2018 – SES/GAB (peça 30) e Ofício SEI-GDF nº 2052/2018 – SEPLAG/GAB (peça 31), contendo os esclarecimentos prestados, respectivamente, pela SES/DF e pela SEPLAG/DF;
- **Fase atual:** Análise de diligência, do documento complementar anexado pela Associação e de mérito da representação;
- Corpo Técnico (peça 32): ter por cumprida a Decisão nº 2.270/2018. Perda de objeto da Representação uma vez que a questão referente ao pagamento da Indenização de Transporte aos Agentes Comunitários de Saúde foi resolvida pelo TJDF na Ação nº 0707780-31.2017.8.07.0018. Sugere esclarecimentos à Associação dos Agentes Comunitários de Saúde do DF sobre as questões apresentadas e recomendação ao Conselho de Políticas de Recursos Humanos – CPRH/DF;
- Ministério Público de Contas (peça 35): coaduna com o entendimento externado pela Unidade Técnica, com ajustes quanto a não inclusão dos esclarecimentos à entidade de classe;
- **VOTO convergente** para o Corpo Técnico. Pela perda de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

objeto da presente Representação, em face do trânsito em julgado de ação que trata de tema idêntico. Esclarecimentos à Associação dos Agentes Comunitários de Saúde do Distrito Federal. Recomendação ao Conselho de Políticas de Recursos Humanos – CPRH/DF. Ciência dos envolvidos. Arquivamento do feito.

RELATÓRIO

Tratam os autos da análise de documentos eletrônicos da Associação dos Agentes Comunitários de Saúde do Distrito Federal em relação a pagamento de Gratificação por Condições Especiais de Trabalho – GCET (e-DOC 6E98FCD7-c), de indenização de transporte (e-DOC 30195E9C-c) e de pagamento da Gratificação de Incentivo às Ações Básicas de Saúde - GIABS (e-DOC E39F93AD-c) para os Agentes Comunitários de Saúde do Distrito Federal, integrantes da carreira Vigilância Ambiental e Atenção Comunitária à Saúde de que trata a Lei Distrital nº 5.237/2013.

2. Na Sessão Ordinária nº 5.037, de 10.05.2018, a Corte, mediante a Decisão nº 2.270/2018, assim deliberou:

*O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – conhecer dos expedientes formulados pela Associação dos Agentes Comunitários de Saúde do Distrito Federal referentes a pagamento da Gratificação de Condições Especiais de Trabalho – GCET (e-DOC 6E98FCD7-c) e da Gratificação de Incentivo às Ações Básicas de Saúde – GIABS (e-DOC E39F93AD-c) aos Agentes Comunitários de Saúde integrantes da carreira Vigilância Ambiental e Atenção Comunitária à Saúde, de que trata a Lei nº 5.237/2013; II – esclarecer à Associação dos Agentes Comunitários de Saúde do Distrito Federal que não há amparo na legislação de regência para o pagamento da GCET, da Indenização de Transporte e da GIABS aos Agentes Comunitários de Saúde do Distrito Federal; III – admitir o e-DOC 30195E9C-c, que trata de Indenização de Transporte, protocolado pela Associação dos Agentes Comunitários de Saúde do Distrito Federal, uma vez atendidos os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 230 do RI/TCDF; IV – **determinar à Secretaria de Estado e Saúde do Distrito Federal e ao Comitê de Políticas de Pessoal do Distrito Federal (CPP) que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente os esclarecimentos acerca dos fatos representados no e-DOC 30195E9C-c, que trata de Indenização de Transporte;** V – autorizar: a) o envio de cópia do e-DOC 30195E9C-c e da documentação que lhe acompanha, bem como da informação da SEFIPE, do relatório/voto do Relator e desta decisão à Secretaria de Estado e Saúde do Distrito Federal e ao Comitê de Políticas de Pessoal do Distrito Federal (CPP) para subsidiar suas manifestações; b) a remessa da informação da SEFIPE, do relatório/voto do Relator e desta decisão à Associação dos Agentes Comunitários de Saúde do Distrito Federal; c) o retorno dos autos à Sefipe, para as providências de sua alçada. (Destacou-se)*

3. Posteriormente, a Associação dos Agentes Comunitários de Saúde



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

do DF informou mediante o expediente acostado à peça 26, a publicação da Lei nº 6.133/2018, que possibilitou aos agentes comunitários de saúde do DF a percepção das gratificações previstas no art. 1º, inciso I, da Lei nº 318/92 (GIABS) e na Lei nº 2.339/99 (GCET).

4. No mesmo documento, a entidade de classe solicitou a atuação da Corte na análise da regularidade dos critérios estabelecidos pela norma para o recebimento das vantagens pecuniárias pela citada carreira. Também suscita morosidade na regulamentação da questão por parte da SES/DF.

5. A seu turno, a SES/DF e a SEPLAG/DF apresentaram os esclarecimentos demandados pelo Tribunal por meio dos Ofícios SEI-GDF nº 1484/2018 – SES/GAB e SEI-GDF nº 2052/2018 – SEPLAG/GAB.

6. Neste momento processual, portanto, examinam-se o cumprimento da diligência determinada pela Corte, o documento complementar apresentado pela entidade de classe, bem assim o mérito da exordial.

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

7. O Corpo Técnico, mediante o expediente acostado à peça 32, assim se manifestou:

(...)

4. Com a devida vênia, não compete a este Tribunal diminuir ou aumentar requisitos previstos em lei para a percepção de determinada parcela remuneratória. No caso, não há que se falar em tratamento discriminatório quando a norma traz requisitos diferentes a serem observados por ocupantes de cargos também diferentes. Compete ao legitimado para a edição da mencionada norma delimitar os requisitos para que, em cada caso, surja o direito à determinada gratificação, considerado que cada cargo possui atribuições diferentes. O Princípio da Igualdade de tratamento consiste em tratamento igual àqueles que se encontram em situação igual, e desigual àqueles que estão em posição de desigualdade. Considerando que no caso em análise cada cargo tem atribuições e competências diferentes, entende-se não existir o alegado tratamento discriminatório. Portanto, delimitar critérios diferentes para que ocupantes de cargos diferentes percebam determinada gratificação está amparado pelo poder discricionário que possui o legitimado para a concessão dessa gratificação. A esta Corte cabe fiscalizar se existe previsão legal para o pagamento de determinada parcela e, em existindo, se todos os requisitos previstos na norma estão sendo observados no pagamento da mesma.

5. Quanto à eventual demora na regulamentação, também entende-se não configurada. A Lei nº 6.133/2018 foi publicada no DODF de 09.04.2018 e a alegação de demora na regulamentação foi protocolada nesta Casa em 10.05.2018, apenas 1 mês após a publicação da norma. Considerando os efeitos financeiros advindos dessa lei, publicada recentemente, e os impactos nos cofres do GDF, entende-se razoável a ausência de eventual regulamentação, mesmo porque, em tal norma não consta delimitação de prazo para que isso venha a ocorrer.

6. No tocante aos esclarecimentos solicitados às jurisdicionadas sobre a Indenização de Transporte, a SES apresentou o Ofício SEI-GDF nº



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

1484/2018 – SES/GAB (e-DOC F50DC339-c) e a SEPLAG o Ofício SEI-GDF nº 2052/2018 – SEPLAG/GAB (e-DOC F0FEFE58-c).

7. A SES/DF esclarece que, em atenção ao § 1º do art. 22 da Lei nº 5.237/2013, vem efetuando o pagamento da indenização de transporte na mesma forma da metodologia de cálculo que se aplicava anteriormente à publicação dessa lei. No caso, a indenização de transporte vem sendo paga “em conformidade com o disposto na cláusula décima terceira do Acordo Coletivo de Trabalho de 2012/2014, anexo, que previu o valor de até R\$ 152,09 (cento e cinquenta e dois reais e nove centavos)”. Informa ainda que “o lançamento é efetuado mensalmente pelos setoriais de pessoal, no sistema SIGRH – Sistema Único de Recursos Humanos do DF, no módulo PAGMOV04 – Rubrica 10281, e é calculado na versão 05 da folha de pagamento desta SES-DF, após os servidores apresentarem a produtividade da atividade externa”, e que 121 ocupantes do cargo de Agente Comunitário de Saúde recebem a indenização de transporte nas condições previstas pelo Acordo Coletivo de Trabalho. Como prova do afirmado, a SES apresenta a relação dos servidores que recebem a gratificação e os contracheques comprobatórios.

8. A SEPLAG, por sua vez, repetindo a linha argumentativa apresentada pela SES/DF, reconhece ser devida aos ocupantes do cargo de Agente Comunitário de Saúde a indenização de transporte de acordo com os critérios e formas a serem definidos pelo Conselho de Políticas de Recursos Humanos, mas que, enquanto não são definidos esses critérios fica mantido o pagamento na forma da metodologia de cálculo atual, conforme expressamente prevê o § 1º do art. 22 da Lei nº 5.237/2013. Assim, considerando que no momento de aprovação dessa lei o valor pago, a título de indenização de transporte, era de R\$ 152,09 (cento e cinquenta e dois reais e nove centavos), e o fato de a norma não ter sido regulamentada, este é o valor que continua sendo pago a quem dele faz jus, conforme Acordo Coletivo de Trabalho 2012/2014.

9. Diante dos esclarecimentos prestados, entende-se não proceder os argumentos que fundamentaram a representação em análise, no sentido de que a SES não estaria pagando a indenização de transporte aos Agentes Comunitários de Saúde e, por conseguinte, descumprindo a legislação de regência. Diferente do alegado pelo representante, a SES/DF vem efetivando o pagamento da indenização de transporte, “após os servidores apresentarem a produtividade da atividade externa”, nas condições previstas pelo Acordo Coletivo de Trabalho 2012/2014, procedimento que está amparado por disposição da própria Lei nº 5.237/2013, utilizada como argumento para amparar a presente representação.

10. Todavia, em consulta ao site do TJDFT verificamos que tramitou a Ação nº 0707780-31.2017.8.07.0018, movida pelo Sindicato dos Agentes de Vigilância Ambiental em Saúde e Agentes Comunitários de Saúde – SINDVACS, com pedido semelhante ao objeto da presente representação.

11. Ao analisar o caso, o TJDFT se posicionou nos seguintes termos (Acórdão nº 1.098.399):

APELAÇÃO CÍVEL. REMESSA NECESSÁRIA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. SENTENÇA EXTRA PETITA. NÃO CONFIGURAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. ANÁLISE DO MÉRITO. DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. AÇÃO COLETIVA. CABIMENTO. SINDICATO. LEGITIMIDADE RECONHECIDA. INTERESSE DE AGIR. PRESENÇA. INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE. ARTIGO 22, DA LEI DISTRITAL Nº 5.237/2013. CARREIRAS DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL E ATENÇÃO COMUNITÁRIA À SAÚDE. NORMA CONTIDA. AUSÊNCIA DE REGULAMENTAÇÃO. APLICAÇÃO DA NORMA GERAL PREVISTA NO DECRETO Nº 26.077/05.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

VALOR R\$420,00 POR MÊS. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. OFENSA À SEPARAÇÃO DE PODERES. INEXISTÊNCIA. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. HONORÁRIOS. FAZENDA PÚBLICA. A sentença que julga a causa dentro do limite objetivo e subjetivo não é extra petita. Os critérios adotados pelo CPRH para definir a indenização de transporte foram apenas mencionados, não integrando, obviamente o pedido, pois sequer existem, conforme informado tanto pelo apelante quanto pelo apelado na inicial. Com o advento do Código de Processo Civil de 2015, não mais existe em nosso ordenamento jurídico a figura da impossibilidade jurídica do pedido, que passou a ser questão de mérito, exclusivamente. **Diante de direitos individuais homogêneos, tendo em vista que decorrem de uma origem comum, a inércia do réu em implementar a indenização de transporte prevista no artigo 22, da Lei Distrital nº 5.237/2013, é plenamente possível o ajuizamento de ação coletiva.** Conforme dispõe o artigo 8º, III, da Carta Magna, e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, **o sindicato possui legitimidade para defender, em juízo, direitos individuais homogêneos de integrantes da categoria que representa.** O interesse de agir é fundado no binômio necessidade/utilidade da provocação a um provimento de mérito presentes no caso concreto. A necessidade é visível, pois o réu/apelante permanece inerte quanto à implementação da indenização de transporte, ao passo que a utilidade é patente, pois esta ação é meio adequado para lograr a concessão da tutela pretendida, tanto que o pedido inicial foi julgado parcialmente procedente. **O artigo 22, da Lei Distrital nº 5.237/2013, que é norma contida (de eficácia direta e imediata, mas, passível de limitação), determina o pagamento de indenização de transporte para os integrantes das carreiras de Vigilância Ambiental e Atenção Comunitária à Saúde, cuja regulamentação encontra-se pendente, devendo ser aplicadas, assim, as disposições gerais quanto à questão (Decreto nº 26.077/05).** Há lei que determina o pagamento da indenização, mas o Estado simplesmente atuou como se nenhuma norma existisse. A procedência do pedido é, assim, medida que se impõe, de modo a prevalecer o princípio da legalidade, que, no seu viés positivo, determina que a Administração Pública deve agir de acordo com a lei. Inexiste violação à separação dos poderes, porquanto apenas está-se obrigando que o ente estatal concretize o que a lei prevê. No caso de sucumbência recíproca, não pode o réu suportar a integralidade dos ônus sucumbenciais. Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará percentuais diferenciados, estabelecidos no artigo 85, §3º, do Código de Processo Civil. Quando não se sabe o valor exato da condenação, o percentual dos honorários sucumbenciais devidos pela Fazenda Pública devem ser fixados na liquidação ou cumprimento de sentença, conforme determina o §4º, do mesmo artigo 85. (Acórdão n.1098399, 07077803120178070018, Relator: ESDRAS NEVES 6ª Turma Cível, Data de Julgamento: 23/05/2018, Publicado no DJE: 04/06/2018. Pág.: Sem Página Cadastrada.)

12. Considerando que essa decisão transitou em julgado em 23.07.2018, que tal ação encontra-se em fase de execução de sentença e que foi movida pelo sindicato que representa todos os integrantes da categoria, entende-se que está configurada a perda de objeto da presente representação, uma vez que o pleito ora em análise foi resolvido, de forma definitiva, pelo Poder Judiciário.

13. Entretanto, considerando a divergência de posicionamentos dos



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

jurisdicionados em relação ao judiciário, quanto ao normativo a ser utilizado para o pagamento da Indenização de Transporte, entende-se pertinente recomendar ao Conselho de Políticas de Recursos Humanos – CPRH/DF que efetue, com a assessoria jurídica respectiva, a regulamentação prevista no § 2º do art. 22 da Lei nº 5.237/2013.

8. Ao final de seu exame, a Instrução sugere ao e. Plenário os seguintes encaminhamentos:

- I. ter por cumprida a Decisão nº 2270/2018;*
- II. considerar que ocorreu a perda de objeto da representação efetivada por meio do e-DOC 30195E9C-c, complementada pelo e- DOC 7A8A9C14-c, uma vez que a questão referente ao pagamento da Indenização de Transporte aos Agentes Comunitários de Saúde foi resolvida pelo TJDF na Ação nº 0707780-31.2017.8.07.0018, transitada em julgado em 23.07.2018, movida pelo Sindicato dos Agentes de Vigilância Ambiental em Saúde e Agentes Comunitários de Saúde – SINDVACS;*
- III. esclarecer à Associação dos Agentes Comunitários de Saúde do DF, quanto ao e-DOC B6B67B0A-c, que, diante da recente publicação da Lei nº 6.133/2018, que possibilitou aos Agentes Comunitários de Saúde do DF a percepção da GIABS e da GCET, entende-se não restar configurada a demora na regulamentação da mesma e que não existe impropriedade no fato de o legitimado para a edição da norma estabelecer critérios diferentes para que integrantes de cargos diferentes recebam determinada parcela remuneratória, não havendo que se falar em tratamento discriminatório;*
- IV. recomendar ao Conselho de Políticas de Recursos Humanos – CPRH/DF que, considerando a divergência de posicionamentos dos jurisdicionados em relação ao judiciário quanto ao normativo a ser utilizado para o pagamento da Indenização de Transporte, efetue, com a assessoria jurídica respectiva, a regulamentação prevista no § 2º do art. 22 da Lei nº 5.237/2013, o que será objeto de verificação em futura auditoria;*
- V. dar ciência da decisão que vier a ser proferida à Associação dos Agentes Comunitários de Saúde do DF, à SES/DF e à SEPLAG/DF; e*
- VI. autorizar o arquivamento do presente feito.*

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

9. O Ministério Público de Contas, por intermédio do Parecer nº 838/2018-GP1P (peça 35), da lavra do Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima, acolhe os encaminhamentos propostos pela Unidade Técnica, à exceção da proposta de esclarecimentos quanto a não ocorrência de irregularidade à Associação dos Agentes Comunitários de Saúde do Distrito Federal.

É o Relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

VOTO

10. Tratam os autos da análise de documentos eletrônicos da Associação dos Agentes Comunitários de Saúde do Distrito Federal em relação a pagamento de Gratificação por Condições Especiais de Trabalho – GCET (e-DOC 6E98FCD7-c), de indenização de transporte (e-DOC 30195E9C-c) e de pagamento da Gratificação de Incentivo às Ações Básicas de Saúde - GIABS (e-DOC E39F93AD-c) para os Agentes Comunitários de Saúde do Distrito Federal, integrantes da carreira Vigilância Ambiental e Atenção Comunitária à Saúde de que trata a Lei Distrital nº 5.237/2013.

11. Por meio da Decisão nº 2.270/2018 (peça 22), a Corte considerou improcedente o pleito da categoria em relação ao pagamento das gratificações GCET e GIABS. Na mesma assentada, conheceu o e-DOC 30195E9C-c como Representação, nos termos do art. 230 do RI/TCDF, concedendo prazo para manifestação da Secretaria de Estado e Saúde do Distrito Federal e ao Comitê de Políticas de Pessoal do Distrito Federal (CPP).

12. Posteriormente à edição do *decisum* em voga, a Associação dos Agentes Comunitários de Saúde do DF informou, mediante o expediente acostado à peça 26, a publicação da Lei nº 6.133/2018, que possibilitou aos agentes comunitários de saúde do DF a percepção das gratificações previstas no art. 1º, inciso I, da Lei nº 318/92 (GIABS) e na Lei nº 2.339/99 (GCET).

13. Ainda no referido documento, a entidade de classe solicitou a atuação da Corte na análise da regularidade dos critérios estabelecidos pela norma para o recebimento das vantagens pecuniárias pela citada carreira. Também suscita morosidade na regulamentação da questão por parte da SES/DF.

14. A seu turno, a SES/DF e a SEPLAG/DF apresentaram os esclarecimentos demandados pelo Tribunal mediante os Ofícios SEI-GDF nº 1484/2018 – SES/GAB e SEI-GDF nº 2052/2018 – SEPLAG/GAB (peças 30 e 31), alegando em suma que, em atenção ao § 1º do art. 22 da Lei nº 5.237/2013, vêm efetuando o pagamento da indenização de transporte em conformidade com o disposto na cláusula décima terceira do Acordo Coletivo de Trabalho de 2012/2014, que previu o valor de até R\$ 152,09 (cento e cinquenta e dois reais e nove centavos).

15. O Corpo Técnico manifestou-se pela perda de objeto da representação efetivada por meio do e-DOC 30195E9C-c, haja vista que a questão referente ao pagamento da Indenização de Transporte aos Agentes Comunitários de Saúde foi resolvida pelo TJDF na Ação nº 0707780-31.2017.8.07.0018.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

16. Ademais, a Instrução sugere esclarecimentos à Associação dos Agentes Comunitários de Saúde do DF, quanto a não ocorrência das irregularidades noticiadas no documento complementar anexado pela entidade de classe (peça 26).

17. Por fim, a Unidade Técnica propõe recomendação ao Conselho de Políticas de Recursos Humanos – CPRH/DF para que seja efetivada a regulamentação do pagamento da indenização prevista no § 2º do art. 22 da Lei nº 5.237/2013, de modo a evitar posicionamentos conflitantes com o que tem sido decidido no âmbito do judiciário.

18. O *Parquet*, por sua vez, por intermédio do Parecer nº 838/2018-GP1P (peça 35), da lavra do Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima, acolhe os encaminhamentos propostos pela Unidade Técnica, à exceção da proposta de esclarecimentos quanto a não ocorrência de irregularidade à Associação dos Agentes Comunitários de Saúde do Distrito Federal.

19. Passo ao exame do feito.

20. No que toca ao documento complementar anexado pela entidade, verifico, com efeito, que não foi observada qualquer irregularidade nos critérios estabelecidos pela Lei nº 6.133/2018, pelo contrário, parece bastante razoável que o legislador estabeleça requisitos diferentes para carreiras que exercem funções díspares. Além disso, mas não menos importante, é válido ressaltar que não compete ao Tribunal atuar como instância revisora das normas editadas pela CLDF.

21. Com relação à suposta morosidade na edição do normativo que regulamenta a concessão dos benefícios suscitada pela Associação, avalio que não restou caracterizada.

22. Diante disso, aquiesço à proposta da Instrução para que seja esclarecido à Associação dos Agentes Comunitários de Saúde do Distrito Federal que não foram constatadas as irregularidades noticiadas no expediente anexado à peça 26.

23. Quanto ao mérito da exordial, constato que não merece reparos as conclusões do Corpo Técnico com as quais coaduna o *Parquet*, tendo em vista que a presente Representação perdeu seu objeto, uma vez que no bojo da Ação nº 0707780-31.2017.8.07.0018, manejada pelo Sindicato dos Agentes de Vigilância Ambiental em Saúde e Agentes Comunitários de Saúde – SINDVACS, o e. TJDF acolheu o pedido da entidade para determinar o pagamento da indenização de transporte aos integrantes das carreiras de Vigilância Ambiental e Atenção Comunitária à Saúde, observando o disposto no Decreto nº 26.077/2005.

24. Por fim, considero pertinente que se recomende ao Conselho de Políticas de Recursos Humanos – CPRH/DF que efetive a regulamentação do



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

pagamento da indenização prevista no § 2º do art. 22 da Lei nº 5.237/2013, de forma a evitar posicionamentos conflitantes com o que tem sido decidido no âmbito do judiciário, inclusive, para preservar a ocorrência de demandas judiciais prejudiciais.

25. Ante o exposto, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

- I. tenha por cumprida a Decisão nº 2.270/2018;
- II. considere prejudicada a representação efetivada por meio do e-DOC 30195E9C-c, complementada pelo e-DOC 7A8A9C14-c, em face da perda do objeto, uma vez que a questão referente ao pagamento da Indenização de Transporte aos Agentes Comunitários de Saúde foi resolvida pelo TJDF no bojo da Ação nº 0707780-31.2017.8.07.0018, transitada em julgado em 23.07.2018;
- III. esclareça à Associação dos Agentes Comunitários de Saúde do DF, quanto ao e-DOC B6B67B0A-c, que, diante da recente publicação da Lei nº 6.133/2018, que possibilitou aos Agentes Comunitários de Saúde do DF a percepção da GIABS e da GCET, entende-se não restar configurada a demora na regulamentação da mesma e que não existe impropriedade no fato de o legitimado para a edição da norma estabelecer critérios diferentes para que integrantes de cargos diferentes recebam determinada parcela remuneratória, não havendo o que se falar em tratamento discriminatório;
- IV. recomende ao Conselho de Políticas de Recursos Humanos – CPRH/DF que, considerando a divergência de posicionamentos dos jurisdicionados em relação ao judiciário quanto ao normativo a ser utilizado para o pagamento da Indenização de Transporte, efetue, com a assessoria jurídica respectiva, a regulamentação prevista no § 2º do art. 22 da Lei nº 5.237/2013, o que será objeto de verificação em futura auditoria;
- V. dê ciência da decisão que vier a ser proferida à Associação dos Agentes Comunitários de Saúde do DF, à SES/DF e à SEPLAG/DF; e
- VI. autorize o arquivamento do presente feito.

Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2018.

MÁRCIO MICHEL
Conselheiro-Relator